

FEMINISMO POPULAR NA AMB: UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

FEMINISM POPULAR IN AMB: THE BRAZILIAN EXPERIENCE

CARMEN SILVIA MARIA DA SILVA¹
DOUTORA EM SOCIOLOGIA

Resumo: Neste artigo discuto o processo de alinhamento do quadro de referência do movimento feminista e as mudanças no perfil de classe das mulheres que o compõem. Analiso especialmente a experiência da Articulação de Mulheres Brasileiras. O artigo é resultado de uma pesquisa com procedimentos metodológicos baseados em documentos, entrevistas e aplicação de formulário em reunião nacional desta articulação. A AMB é articulação movimentalista nacional, de caráter feminista antissistêmico composta majoritariamente por mulheres negras e de classes populares. Considero que a AMB, pela sua composição de classe e projeto político, coloca em questão a afirmação de que no Brasil predomina o 'feminismo hegemônico', como é afirmado por setores do feminismo descolonial.

Palavras-chave: feminismo, movimento social, mulheres de classes populares, feminismo popular

Abstract: In this article we discuss the alignment framework process of the feminist movement and changes in class profile of the women who make up. Analyze, especially, the experience of the Brazilian Women Articulation. The article is the result of research with methodological procedures based on documents, interviews and application form at the national meeting of this joint. AMB is national movimentalista joint, antissistêmico feminist character mostly composed of black women and popular classes. I believe that the AMA by its class composition and political project, calls into question the assertion that Brazil dominates the 'hegemonic feminism', as stated by the de-colonial feminism sectors.

Keywords: Feminism, social movement, working class women, popular feminism

INTRODUÇÃO

No debate atual sobre movimento feminista, em especial naquele que circula na internet, mas também em alguns núcleos acadêmicos e organizações políticas, discute-se sobre o

¹ Doutora em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui mestrado em história e filosofia da educação pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestrado em políticas públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e graduação em comunicação social pela UFMA. Área de pesquisa: feminismo, movimentos sociais e participação política. E-mail: carmen@soscorpo.org.br

chamado 'feminismo hegemônico', ou seja, aquele que se funda numa perspectiva do norte global, entre mulheres brancas, intelectuais e de classe média, como sendo o feminismo que existiria no Brasil até os dias atuais. Esta referência a um certo feminismo hegemônico se relaciona com a discussão sobre descolonialidade que ocorre particularmente na América Latina. Afirma-se que o feminismo por aqui teria sido o mesmo predominante nos Estados Unidos e Europa, e que teria sido imposto à realidade brasileira em função da colonialidade do poder e do saber. A questão que me move neste artigo é se, no caso brasileiro, poder-se-ia falar em um 'feminismo hegemônico' nestes termos? Qual a relação entre esta possibilidade e a composição de classe no movimento feminista atualmente? Vou discutir isso ao longo do artigo a partir de dados construídos sobre uma articulação movimentalista existente no Brasil, a Articulação de Mulheres Brasileiras.

Atualmente, um conjunto diversificado de organizações de mulheres, articulado em redes, impulsiona ações coletivas a partir do enfrentamento a diferentes problemáticas existentes na sociedade ou frente ao Estado. Toda essa gama de organizações e redes de mulheres se vê e é compreendida por muitos estudos como compondo o que chamamos movimentos de mulheres². Vejo movimentos de mulheres como ações coletivas protagonizadas por mulheres em torno de defesa de suas causas, por elas delimitadas, que se referem a conflitos sociais. Incorporo, nesta noção, as estruturas organizativas que elas constroem nesses processos de mobilização social e que garantem certa permanência para a ação ao longo do tempo. O movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres, ou seja, congrega as organizações e manifestações cujas participantes assim se identificam, como feministas, o que significa a adoção de uma perspectiva crítica radical à situação social das mulheres e uma agenda de enfrentamento à dominação e exploração à qual nós mulheres somos submetidas.

Entendo que nós mulheres formamos um grupo social, que se distingue de outro grupo sexuado, os homens, mas que é constituído por diferenças e desigualdades no seu interior. Além das relações sociais de sexo, que conformam este grupo social, as desigualdades produzidas pelas relações raciais e de classe têm fortes consequências sobre as mulheres. Interessa-me observar as formas de organização, articulação, participação, lutas e protestos, ou seja, os movimentos sociais que mobilizam as mulheres da classe trabalhadora, em seus vários segmentos, em especial as mulheres populares.

Utilizo o conceito de movimentos sociais como uma possibilidade analítica sobre movimentos de mulheres e movimentos feministas, tomados empiricamente. Estes movimentos – de mulheres e feministas – por sua vez, comportam estruturas organizativas e processos mobilizatórios, ambos articulados em torno de marcos interpretativos comuns que consubstanciam identidades coletivas (DELLA PORTA e DIANI, 2011; ALONSO, 2009). Frente à complexidade destas referências, para facilitar a comunicação, utilizarei o termo “articulações movimentalistas” para me referir a diversas expressões organizativas, entendendo que o movimento de mulheres, assim como o movimento feminista, as transcende e inclui os ciclos de protestos e outras formas de ação.

² Sobre movimentos de mulheres ver: Rowbotham, 1981; Fougeyrollas-Schwebel, 2009; Pedro, 2010; Scherer-Warren, 2008; Gohn, 2008; Alvarez, 2003.

A teoria dos movimentos sociais e o pensamento feminista têm aportado para a compreensão das experiências de organização e ação coletiva das mulheres. Existem, no Brasil, análises sobre o feminismo como movimento social considerando a chamada segunda onda³, que teria começado na década de 1970. Em alguns destes trabalhos, discute-se também as ações que as feministas realizavam junto a grupos populares de mulheres nos anos 1970 a 1990. Alguns estudos, particularmente deste período, mostram a composição do movimento feminista como sendo composto por mulheres de classe média, universitárias e profissionais liberais (PEDRO, 2006; SARTI, 2004), já os poucos estudos sobre movimentos de mulheres apresentam estes como parte dos chamados movimentos populares (SADER, 1988; DOIMO, 1995).

Discutir a relação entre mulheres de classes populares, movimentos de mulheres e movimentos feministas exige uma reflexão sobre como as dimensões de raça e classe social são abordadas na teoria e na prática política dos movimentos de mulheres, uma vez que é sabido que as mulheres negras, majoritariamente, são também as mais pobres. Neste artigo discuto como a questão de raça e de classe social é acionada politicamente na construção do projeto político e marcos de referência de uma articulação movimentalista, a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB e na identificação das mulheres que dela participam, demarcando o perfil de sua composição. A intenção foi discutir em que medida isso incide para uma reconfiguração do movimento feminista hoje.

A questão racial é bastante discutida nos movimentos de mulheres e nos movimentos feministas. Do ponto de vista teórico esta questão tem sido colocada na pauta pelo feminismo negro⁴. Do ponto de vista político a questão racial tem contribuído para a organização de mulheres negras feministas em coletivos, organizações formalizadas e articulações movimentalistas próprias e tem conformado o que se chama movimentos de mulheres negras ou feminismo negro, dependendo da evocação ou não do feminismo como componente da identidade política.

O debate sobre classes sociais, que predominou nos movimentos sociais brasileiros nos anos 1970 e 1980, hoje tem sido mais desenvolvido nas articulações de mulheres vinculadas aos movimentos sindicais e rurais, muito possivelmente em função destes movimentos serem organizados em torno da identidade coletiva e da luta por direitos de classe trabalhadora e/ou camponesa. Entretanto, do ponto de vista teórico, a reflexão que articula classe e sexo tem um longo lastro nos estudos feministas sobre trabalho feminino e na sociologia do trabalho de forma mais geral⁵.

³ O debate sociológico sobre movimento feminista nos remete para uma origem no Século XVIII, durante o período da Revolução Francesa. No Brasil, o que tem sido majoritariamente considerado pelas estudiosas situa a sua emergência na luta pelo voto das mulheres, mobilizações ocorridas na primeira metade do século XX, que ficou conhecido como sufrágio e, teria sido a primeira onda. A segunda onda é situada a partir da re-emergência do feminismo na década de 1970. Para algumas autoras, estaríamos em uma terceira onda, a partir dos estudos de gênero e da crítica à categoria 'mulher' como unificada, o que teria ensejado vários feminismos e/ou um pós-feminismo (GONÇALVES e PINTO, 2011:30).

⁴ Sobre feminismo negro ver: Hooks, 2013; Carneiro, 2005, 2011; Barrios, 1995; Curiel, 2007.

⁵ Sobre a relação classe e sexo ver: Hirata, 2002; Kergoat, 2010.

Pretendo problematizar a concepção predominante nos estudos desenvolvidos no Brasil que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas. Percebo que a presença ampla de mulheres populares e negras nas articulações movimentalistas de orientação feminista atualmente existentes, mais especificamente na AMB, demonstra um processo de reconfiguração deste movimento e impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. A própria identidade política de mulheres feministas das classes populares exige novas reflexões.

Com o intuito de aprofundar a análise sobre a AMB, recorro a uma pesquisa anterior desenvolvida por mim baseada em entrevistas e documentos, na qual foi possível reconstituir a trajetória política desta articulação e discutir o seu processo interno de construção de um método próprio de organização e atuação pública (SILVA, 2010a). Para construir os dados de perfil das militantes da AMB, coletei informações através de um formulário, respondido individualmente, aplicado em maio de 2014 em um encontro com 61 integrantes de sua direção nacional, chamada comitê político nacional à época. Este formulário forneceu também informações em questão aberta que permitem analisar como as integrantes se situam em relação à identificação com o feminismo.

FEMINISMO HEGEMÔNICO E COLONIALIDADE

O debate latino americano sobre a existência de um feminismo hegemônico no continente, que não considera a questão de raça e classe, parece ter desconhecido feminismos contra hegemônicos que foram se consolidando ao longo da história do movimento de mulheres feministas, na experiência brasileira.

Os estudos descoloniais, com suas abordagens acerca da necessária descolonização do poder e do saber, colocam questões para a teoria feminista frente às interpelações que são feitas no interior do próprio movimento pelo feminismo negro, lésbico e indígena, e que também são necessárias nesta reflexão. O ponto de partida dos estudos descoloniais é, conforme Sergio Costa (2011), a constatação de que toda enunciação tem um lugar de origem. Isso implica compreender criticamente a produção do conhecimento científico a partir da geopolítica da dominação no mundo, mas também a partir das múltiplas faces da dominação - o que inclui opressões diversas. Esta perspectiva coaduna com a epistemologia feminista.

A colonialidade do poder corresponde também à colonialidade do saber (LANDER, 2005). O feminismo predominante na América Latina e, especialmente, no caso brasileiro, é visto como tendo nascido a partir de mulheres brancas de classe média, e como tendo se articulando a partir de formulações oriundas do Norte global (SARTI, 2004). Contudo, também é possível identificar nas suas formulações divergências teóricas significativas que permitem aludir a interpretações feministas contraditórias entre si sobre a realidade das mulheres brasileiras. Algumas destas interpretações se expressam na prática política realizada em organizações feministas junto a mulheres populares (TELES e LEITE, 2013) e mulheres trabalhadoras em geral, mas também nas análises teóricas críticas que deram sustentação a este movimento (LOBO, 1986; ÁVILA, 2009).

Desde distintos lugares de atuação teórica e política, várias feministas latino americanas têm interpelado a visão sobre o feminismo hegemônico nesta região como sendo um pensamento colonial por estar fortemente articulado às teorias feministas produzidas nos Estados Unidos e na Europa, sejam elas liberais, radicais ou marxistas (LUGONES, 2008). Minoso, se referenciando em Spivak, interpreta que o feminismo ocidental estabeleceu a figura de ‘mulher do terceiro mundo’, como uma perspectiva uniformizante que nega as situações desiguais nas quais vivem as mulheres indígenas e negras no continente.

Se as feministas do Norte têm necessitado da figura da “mulher do terceiro mundo”, as feministas (brancas, mestiças, burguesas) do Sul tem necessitado e tem trabalhado ativamente para construir a sua Outra local para poder intergrar-se nas narrativas crioulas de produção europeizante dos Estados-nação latino americanos. A violência epistêmica é tal que a “mulher do terceiro mundo” fica duplamente presa pela colonização discursiva do feminismo do Ocidente que constroe a Outra monolítica da América Latina, e pela prática discursiva das feministas do Sul, quem, estabelecendo uma distância dela, e, ao mesmo tempo, mantendo uma continuidade com a matriz de privilégio colonial, a constitui como a outra da Outra (MINOSO, 2009: p. 14)

A crítica poderia ser discutida a partir da reflexão sobre a historiografia do movimento feminista no Brasil e de sua produção teórica sobre si mesmo, para verificar a possibilidade ou não desta colonização interna, mas este não é o foco deste artigo. Há também um reconhecimento de que, nas últimas décadas, o feminismo latino-americano desenvolveu um pensamento crítico e uma ação política que tenta levar em conta as desigualdades de raça e classe nas quais vivem grande parte das mulheres latino-americanas. É a mesma autora que afirma:

A abordagem proposta a partir de uma perspectiva de inclusão, foi evidente a partir do terceiro Encontro Feminista da América Latina e das Caraíbas, realizada no Brasil em 1985, em termos da necessidade para o feminismo incorporar os problemas das mulheres negras e seus representantes (MINOSO, 2009: 2)⁶.

O caráter hegemônico do feminismo brasileiro, no sentido de colonizado em relação ao norte global e colonizador interno em relação às mulheres negras, indígenas, trabalhadoras etc. é um ponto central no debate feminista atual. Este debate colocou exigências também para a análise do contexto no qual os movimentos de mulheres estiveram inseridos, notadamente sua relação com o campo político dos movimentos sociais e referência neste campo à classe trabalhadora. Deparei-me com esta questão ao tentar compreender a relação entre mulheres populares e o movimento feminista no período recente, mas isso exige uma retomada da trajetória histórica bem maior do que a que é possível aqui.

O feminismo descolonial critica a noção de “mulheres” como um grupo constituído e coerente, com interesses comuns, sem importar a classe social, a localização ou as contradições

raciais ou étnicas, pois isso implicaria uma noção de patriarcado ou de gênero universal a todas as culturas. Segundo Chandra Mohanty, esta noção homogênea da opressão das mulheres como grupo produz uma representação do sujeito do feminismo como “moderno, educado, com controle do corpo e de sua sexualidade e com liberdade de tomar suas próprias decisões” e, também uma representação de seu oposto, a mulher “pobre, sem educação, limitada pelas tradições, doméstica, restrita a família, a vítima”. Estas distinções, assegura a autora, são possíveis em função do privilégio fornecido a um grupo particular como a norma, o referente (MOHANTY, 2008: 126).

Embora esta afirmação me pareça correta, em termos gerais, entendo que ela pode denotar apenas uma concepção feminista. Para que ela seja vista como hegemônica, é preciso fazer uma análise específica de cada contexto concreto no qual ocorre um dado movimento feminista, ou uma articulação movimentalista feminista em particular, sob pena de incorrer no mesmo erro das generalizações. A análise feminista descolonial exige historicizar e contextualizar as formas que assumem as relações de gênero, para evitar a visão universalista; considerar a cultura como processo histórico para não recair em essencialismos culturais; e reconhecer a maneira como as lutas locais estão inseridas em processos globais de dominação capitalista (CASTILLO, 2008).

Uma ideia importante no debate é a de que a epistemologia e a teoria feminista, estabelecida no interior da cultura europeia e norte americana, teria apenas substituído o sujeito universal da modernidade – masculino, branco, proprietário – pela mulher, assim como o marxismo teria feito com o operário. A esta crítica o feminismo tem historicamente respondido a partir da noção de ‘mulheres’ no plural, como grupo social no interior do qual subsistem diferenças e desigualdades. Mas isto parece ser insuficiente e, mais recentemente, muitas teóricas feministas tem trabalhado, a partir de premissas distintas, a noção de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) ou de consubstancialidade (KERGOAT, 2010)⁷, buscando articular, nas análises, as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, para explicar a situação das mulheres.

No Brasil, a vertente teórica mais próxima do feminismo liberal, teve dificuldades para perceber as desigualdades entre mulheres produzidas a partir de raça, etnia, classe, sexualidade e inclusive aquelas baseadas nos contextos de regionalidade interna ao país, que marcam a vida das mulheres brasileiras e estabelecem diferenças entre norte-nordeste e sul-sudeste. Porém, numa vertente mais próxima do marxismo, possibilitou a adoção de categorias como divisão social e divisão sexual do trabalho e, numa vertente advinda do movimento negro, discutiu racialização no interior do grupo social mulheres. Isso favoreceu a análise da situação social e das desigualdades entre mulheres no Brasil, constituindo, neste processo teórico, um feminismo contra hegemônico. Também nos países europeus e nos Estados Unidos, pensamentos

⁶ El abordaje planteado desde una perspectiva de inclusión, se evidenció desde el III Encuentro Feminista de América Latina y el Caribe celebrado en Brasil en 1985 en términos de la necesidad de que el feminismo incorporara la problemática de la mujer negra y a sus representantes (MINOSO, 2009: 2).

⁷ A noção de interseccionalidade, advinda do campo jurídico, tenta articular a incidência das desigualdades de classe, raça e gênero sobre a negação de direitos dos indivíduos ou um grupo deles. A

feministas que se contrapõem à ordem capitalista e colonial foram desenvolvidos. É o caso do feminismo materialista francês, baseado no materialismo dialético, e do feminismo negro americano, fontes nas quais bebo para esta elaboração, associando ao antigo feminismo radical (FERREIRA, 2016), para o qual a questão da autonomia das mulheres é o elemento central.

Em termos políticos, no interior dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, a crítica ao dito feminismo hegemônico tem sido colocada no debate teórico-político latino-americano pelos movimentos de mulheres negras, indígenas e lésbicas. Não tenho conhecimento sobre esta crítica ter sido colocada, nestes termos, pelas mulheres que se organizam a partir da classe social, em sindicatos ou movimentos classistas, ou pelas mulheres de classes populares que se organizam em movimentos populares de mulheres. Mais recentemente, entrou no debate latino americano a formulação “feminismo comunitário” (PAREDES e GUZMAN, 2014), mas ela coloca esta discussão mais no plano do projeto político frente aos governos de esquerda na região do que na composição do movimento ou marcos de referência.

Classe social é um conceito que tem longa duração nos estudos sociológicos e políticos, porém compreendido de diversas formas (GUIMARÃES, 1999). Hoje ele tem sido muito utilizado, no Brasil, em pesquisas estatísticas que produzem dados demográficos e econômicos e/ou de opinião pública, subsidiárias ao mercado ou às eleições, classificando as pessoas a partir de sua capacidade de consumo. Em algumas áreas da sociologia brasileira tem força a formulação weberiana baseada em honra, hierarquia e status; para outros estudiosos a base é a elaboração marxista. Para este estudo utilizarei a expressão classes populares. Sader e Paoli (1986) afirmam que, com toda a sua imprecisão, este termo se insinua no lugar do antigo rigor com que se pretendia delimitar as fronteiras de cada classe para entender a composição dos movimentos sociais. Eles buscavam um modo de entender os movimentos de trabalhadores e movimentos populares como um conjunto de pessoas e grupos de base popular que tem algo em comum construído nas lutas contra diversas opressões.

Guimarães (1999) salienta que Sader e Paoli procuram ampliar o conceito de classe social para nele incluir o de movimento social, ou seja, o processo de formação das classes a partir das práticas dos *atores sociais*, nas diversas esferas da vida cotidiana, produtiva ou não, o que teria sido absorvido por eles do pensamento de Thompson. Neste sentido preferem falar mesmo em *classes populares*, posto que o esforço de análise desloca-se do campo de delimitação das fronteiras entre classes e frações de classe para o campo da compreensão específica das práticas dos atores sociais em movimento.

As referências utilizadas pelas entrevistadas no trabalho de campo demonstram as suas identificações com a classe que, na escala socioeconômica, está no nível mais baixo, utilizando para isso expressões que correspondem àquelas presentes na abordagem de Sader e Paoli para estudo de movimentos sociais e/ou de movimentos populares. Não entendo a noção de classes populares como situação estrutural, pelo contrário, ela é utilizada como referência à posição ocupada na hierarquia socioeconômica e à práticas socioculturais relacionadas, mas que

noção de consubstancialidade, oriunda do campo marxista, articula as dimensões de raça, classe e sexo a partir das relações sociais.

contingencialmente pode desenvolver processos políticos no interior da luta de classe. Tomo a referência “mulheres de classes populares”, para discutir a alusão a este dispositivo na construção da identidade política de mulheres que compõem a articulação movimentalista pesquisada - AMB.

Nas décadas de 1970 e 1980, por ter participação de mulheres oriundas das organizações políticas de esquerda, parte do movimento feminista preocupou-se em aproximar a relação com mulheres de classes trabalhadoras e, notadamente, com mulheres populares, mas, estas não eram vistas por aquelas como feministas. Neste sentido, ser considerada feminista tornou-se uma forma de legitimação no interior do movimento de mulheres. Eram vistas como feministas mulheres que assim se declaravam, mas isso se dava a partir de um corte de classe, eram mulheres de segmentos médios, do ponto de vista econômico e social, e com acesso ao nível superior de educação.

Vários estudos sobre a trajetória política do feminismo no Brasil invisibilizam o movimento de mulheres negras e das mulheres trabalhadoras. Também não reconhecem a presença das mulheres trabalhadoras de classes populares como uma participação feminista, no máximo como aliadas. Este fato decorre de dois fatores. Por um lado, a visão predominante de feminismo, como uma identidade proclamada, exige que cada mulher, individualmente, se declare feminista para ser vista como tal, o que não ocorria amplamente nas décadas passadas entre mulheres populares. Esta perspectiva só é aceitável porque as análises se baseiam mais na posição pessoal dos indivíduos do que na análise dos processos políticos, das organizações, ações e propostas defendidas. Por outro lado, as relações interpessoais na convivência cotidiana entre mulheres de distintas frações de classe e de distintas configurações raciais são dadas a partir do padrão organizado na ordem burguesa branca, na qual as mulheres de classes populares e negras não têm as mesmas possibilidades de inserção que as mulheres brancas e com níveis de renda mais elevado.

A AMB: BREVE TRAJETÓRIA E COMPOSIÇÃO INTERNA

Nas décadas de 1990 e 2000 o movimento feminista foi marcado pela consolidação de várias articulações nacionais, que congregam distintas identidades. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) surge para articular a diversidade de organizações e articulações pré-existentes em vários Estados do país. Isto ocorre a partir de um amplo processo articulatório de preparação à participação do movimento brasileiro na IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, organizada pela ONU e realizada em Pequim (Beijing), em 1995. As suas referências iniciais são aquelas construídas para o documento do movimento feminista brasileiro, que deu base para a sua atuação na Conferência.

Posteriormente, em 2002, a AMB alinha este marco de referência a partir de outro processo articulatório, o da organização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras que definiu a Plataforma Política Feminista. No final da década de 2000, a AMB promove um novo alinhamento de referências e define-se como um movimento feminista antissistêmico, entendido como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. Nesta trajetória, a sua composição

interna vai sofrendo alterações, nas quais se registra um grande crescimento do número de mulheres de classes populares.

A AMB tem, entre seus princípios, a definição de sua identidade feminista e o respeito à autonomia organizativa e política dos espaços que a constituem. Estes espaços são articulações em cada unidade da federação, chamados redes, fóruns, núcleos ou articulações mesmo, que congregam grupos autônomos de mulheres, secretarias de mulheres de sindicatos e outros movimentos mistos quanto ao sexo, ONGs feministas e mulheres não vinculadas a nenhuma organização.

Segundo a Carta de Princípios da AMB, aprovada em 2008, na reunião do Comitê Político Nacional, em Itaparica na Bahia, são princípios organizativos da AMB:

- Unidade na diversidade, princípio concretizado no compromisso com a autonomia organizativa e política dos fóruns, redes e articulações estaduais que integram a AMB, e com o debate democrático das perspectivas teórico-políticas que orientam sua prática;
- Democracia interna pautada numa institucionalidade não burocrática; relações e processos decisórios horizontais e participativos marcados pela produção de consensos na ação; tomada de decisão por consenso com base em ampla maioria (2/3) e respeito ao direito de minoria de modo a tornar sempre possível rever decisões majoritárias;
- Diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas na AMB e nas lutas coletivas organizadas com outras redes e articulações do feminismo e do movimento de mulheres brasileiro e internacional (AMB, 2008:2).

O processo de auto constituição da AMB - por ser aberto, sem filiação e funcionando por adesão conjuntural - estimulou a adesão dos fóruns locais de mulheres às pautas propostas, o que inclui os grupos populares de mulheres. Estão integrados à AMB mulheres dos 27 Estados brasileiros, incluindo aí o Distrito Federal, embora os Fóruns estejam organizados apenas em 10 a 16 Estados. Este número varia de acordo com o momento conjuntural e com a diversidade de tipos de organizações que participam em âmbito local.

As relações entre mulheres de classes populares e dos segmentos médios, no interior destas articulações, parecem ser bastante variadas. Há Estados onde não há nenhuma ONG feminista atuando e onde a presença feminista é muito reduzida nas Universidades, o que faz com que mulheres de setores médios sejam minorias ou não participem destes fóruns. Há casos em que as mulheres do movimento sindical participam ativamente dos fóruns, há outros em que há um certo distanciamento. Estas informações, que se baseiam nas entrevistas, sugerem uma diversidade de prioridades locais que, considerando as conjunturas específicas, podem facilitar ou dificultar a adesão às pautas nacionais propostas pela AMB, e, ao mesmo tempo, facilitar ou dificultar a participação ativa de mulheres de classes populares.

Os documentos preparatórios e os relatórios dos Encontros Nacionais, em 2006 em Goiânia, e em 2011 em Brasília, indicam como a AMB foi elaborando um projeto político como movimento antissistêmico, conforme indicado desde 2008 na sua Carta de Princípios em que afirma o seu caráter antirracista e anticapitalista.

A AMB estabeleceu e mantém compromisso com a luta antirracista, com o reconhecimento e fortalecimento do feminismo negro, o respeito à diversidade étnica e a luta contra o etnocentrismo, defendendo a autodeterminação dos povos. A AMB posiciona-se como articulação feminista anticapitalista, por compreender que dentro deste sistema, especialmente em seu estágio atual de mundialização do capital e hegemonia da sociedade de consumo, é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres, uma vez que este sistema concentra riqueza, provoca crescente exclusão com aumento do empobrecimento e crises socioambientais. Sendo uma organização antipatriarcal, a AMB defende a liberdade afetiva e sexual de todas as pessoas, contrapondo-se à norma patriarcal da heterossexualidade e à prática da lesbofobia. A AMB defende o direito à autodeterminação reprodutiva para as mulheres e o direito ao aborto. Condena a exploração e mercantilização de nosso corpo e sexualidade (AMB, 2008, p. 1).

Estes elementos, relativos ao caráter político do movimento, como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista associados às suas lutas prioritárias, constituem um marco de referência para as escolhas estratégicas, as articulações com outros movimentos e os repertórios de ação a serem adotados em cada contexto. As lutas sofrem variação em cada conjuntura, podendo funcionar de modo mais ou menos intenso como elementos mobilizadores da militância. Nos momentos em que uma das lutas está mais forte, outras sofrem uma imersão. De acordo com as entrevistas, no contexto de 2014, a frente de luta pela democratização do poder, que tem como prioridade a reforma do sistema político, esteve em um momento forte de visibilidade em função do conjunto de ações realizadas, como o plebiscito popular pela realização de uma assembleia constituinte para reforma política. Já em 2015, a aparição maior foi da frente de luta pela legalização do aborto, o que entendo que se deve ao confronto com os sucessivos debates na Câmara dos Deputados que tinham a intenção de reduzir direitos já conquistados nesta área.

A dinâmica desta articulação movimentalista permite interpretá-la como uma rede de movimento social no sentido desenvolvido por Mario Diani, segundo o qual o movimento é formado por

Atores formalmente independentes que estão situados em contextos locais específicos (...), produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, estando ao mesmo tempo ligados através de formas de cooperação concreta e/ou reconhecimento mútuo em processos que vão além da ação de protesto específico (DIANI, 2003, p. 301).

A AMB pode ser entendida como uma rede de movimento social a partir da sua metodologia de organização e funcionamento, o que não significa dizer que ela seja uma articulação completamente horizontal e com igual poder político para todos os coletivos que dela participam ou mesmo para os distintos grupos identitários. A participação da diversidade de mulheres organizadas, a partir de diferentes identidades políticas (negras, lésbicas, jovens, da cidade e do campo etc.) é uma intenção manifesta, mas a presença de organização de mulheres na AMB ainda é majoritariamente urbana. A referência de organizações que a

constituem não é a de organizações políticas de cada segmento de mulheres que se organizem a partir destas identidades prévias e sim os fóruns gerais de mulheres. Entretanto, estes fóruns, por sua vez, congregam uma diversidade de mulheres que constroem sua subjetividade a partir destas situações específicas, ou seja, de identidades sociais “herdadas”, no sentido de Tarrow (2009), e reelaboradas como identidades políticas, que conferem sentido a sua atuação militante.

Segundo uma entrevistada, a AMB atua baseada na ideia de que existe uma experiência comum em ser mulher que pode, contingencialmente, unificar as mulheres que se veem a partir de distintas identidades sociais em ações políticas conjuntas. Por isso, busca propor pautas que possam interferir na situação de vida da maioria das mulheres e, a partir daí, conseguiu constituir uma identidade política feminista própria.

Como já afirmado anteriormente, no Brasil os movimentos feministas foram vistos pelas pesquisadoras como sendo compostos de mulheres de classes médias e intelectualizadas, ambas condições podendo ser compreendidas como frações da classe dominante. Mais recentemente, movimentos de mulheres de classes populares vêm se afirmando como feministas. Esta mudança na trajetória do feminismo brasileiro não se restringe à AMB, há vários grupos ou coletivos autônomos que se alinham nesta perspectiva e há, também, uma construção de referências nesta direção dentro de movimentos sociais mistos quanto ao sexo, que não foram objeto da pesquisa que apresento neste artigo.

No caso da AMB, desde o seu surgimento ela se considera um movimento feminista e, ao longo da sua trajetória, o seu projeto político, e nele os marcos interpretativos de referência que a mobilizam para ação, foi se configurando como um feminismo de caráter antissistêmico e sua composição passou a ter uma forte presença popular. Isso se deve às suas opções políticas, mas também ao fato de que as mulheres que dele participam pertencem à classe trabalhadora, sendo, a maioria, do segmento popular. Isso não significa afirmar que se deve a esta maioria a constituição deste marco de referência, uma vez que os debates internos não estão delimitados por um pertencimento de classe e sim por posições políticas distintas; mas, tudo indica que esta mudança no perfil das participantes é um elemento que soma na direção do caráter deste movimento. Passo a apresentar os dados que alimentam estas reflexões.

As informações foram coletadas na reunião nacional da em maio de 2014, em Recife, com a presença de mulheres de 17 fóruns de Estados da federação. O formulário apresentava questões referentes à identificação, situação de vida e participação, com questões majoritariamente abertas. Por fim, em uma questão aberta, as 61 respondentes foram convidadas a refletir sobre a sua identificação política a partir da pergunta: “Considerando a sua militância, quem é você? Ou seja, como você se identifica politicamente?” As respostas foram agregadas em blocos por similaridade e serão discutidas ao final. Passo a apresentar os dados que configuram um certo perfil socioeconômico com elementos sobre a participação política das mulheres militantes da AMB presente nesta reunião de sua direção nacional.

Como caminho para identificação das militantes da AMB perguntei sobre a idade, estado civil, raça/cor e classe, mas vou apresentar aqui apenas os dois últimos itens, em função das possibilidades deste artigo. Em relação ao quesito raça/cor, formulado em questão aberta,

apenas 24,6% se declarou branca. Tomando como referência a forma de classificação do IBGE(2010)⁸, somei todas que se declaram pretas, pardas ou negras e isso resultou em um total que corresponde a 67,2% das participantes do comitê político nacional da AMB. Entendo que o racismo é estruturante nas relações sociais que organizam a sociedade brasileira, portanto também o é nos movimentos sociais, o que significa, entre outras coisas, a dificuldade de acesso de pessoas negras à instâncias diretivas nas organizações políticas. Em função disso, posso inferir que as participantes da AMB, no âmbito dos Fóruns locais, são, sem sombra de dúvida, majoritariamente pretas e/ou pardas na cor, ou seja, negras quanto à sua identificação racial.

A classe social, também formulada em questão para respostas livres, se apresentou como um dos mais difíceis elementos na auto identificação das mulheres: 14,8% não responderam; 31,1% se declaram de classe média; 19,7% média-baixa; as que se identificaram como sendo de classe popular e classe trabalhadora obtiveram juntas um percentual de 19,60%; e 14,7% dizem pertencer a classe pobre, de periferia, e baixa-periferia-pobre. Como as respostas de livre formulação das respondentes, não posso lhes atribuir significados fixos. Porém, agregando as duas últimas classificações por similaridade posso considerar que as militantes da AMB, que se identificam como pobres-periféricas-populares-trabalhadoras somam 34,40%. Se considerar neste grupo o que é reconhecido como classe média-baixa terei um total de 54%. Este dado indica que as militantes da AMB, que galgaram presença nesta instância diretiva nacional, são majoritariamente de classes trabalhadoras de caráter popular. Isso foi posteriormente confirmado a partir das respostas sobre as condições de vida e níveis de renda.

11,5% das mulheres, que responderam, têm renda mensal inferior a um 1 salário mínimo ou se encontram sem renda; 23% tinham uma renda entre 1 a 2 salários mínimos e 27,9% na faixa entre 2 e 4 salários mínimos. Apenas 32,8%, aproximadamente, 1/3 das mulheres que responderam ao formulário, tem renda própria superior a quatro salários mínimos. Relacionando as respostas, entendo que o ponto de corte que divide o que foi classificado por elas como classe média, pode ser um nível de renda superior a quatro salários mínimos, o que, dependendo das suas responsabilidades familiares, pode não permitir o acesso a bens de consumo que são tradicionalmente associados à classe média no Brasil. Como a maioria é de solteiras (o que inclui não casadas e separadas), se supõe que os compromissos financeiros com suas famílias são vultosos.

Outros dados, sobre a situação de vida das militantes da AMB, confirmam a predominância de mulheres das classes trabalhadoras e/ou classes populares. Mesmo aquelas que se identificam como integrantes da classe média compõem o que teoricamente chamamos de classe trabalhadora, em função do assalariamento, ainda que tenham um nível de renda maior que a maioria das participantes do movimento. Entre as que responderam, 59,2% adquirem sua renda através de trabalho assalariado e formalizado, ou seja, têm um emprego com carteira profissional assinada ou, pelo menos, com contrato de trabalho, o que implica em alguma garantia de direitos trabalhistas; 29,51% estão com trabalhos informais, empregos

⁸ O IBGE utiliza como categorias para auto-identificação racial (quesito raça/cor) o termo preto e pardo, porém para efeito analítico ambos são adicionados e interpretados como raça negra por inúmeros pesquisadores.

precarizados e ou são trabalhadoras por conta própria, e 6,56% obtêm esta renda com apoio familiar. Entre as entrevistadas apenas 1,64% recebem bolsa família.

Em relação à moradia, os dados confirmam um significativo percentual de identificação com as condições de vida das classes populares. 50,8% moram em bairro de classe média e 48% em bairros de periferia. Apenas 1,6% respondeu que mora em um bairro rico (3,3 % indicou outro, 3,3 % não responderam). Dependendo da cidade os significados para bairros de classe média e periferia podem ser bem diferentes, todavia, ao se identificar como moradora de periferia, ao invés de bairro afastado ou outro termo similar, sugere-se que há uma identificação como sendo de classes populares mais forte. 31% destas mulheres moram em casa alugada e 45,9 % em casa própria. Se agrego as informações sobre quem mora em casa alugada (31%) àquelas que moram em casa de familiares e/ou cedida (18,8%) temos um total de 50,8% (1% não responderam). Em 64% dos casos as casas das mulheres da AMB têm entre 1 e 2 quartos e 26,2% tem 3 quartos e 4,8% tem casas com um número de quartos superior e 5% não responderam.

Em termos de lazer, a formulação da pergunta não me permitiu ver qual é o principal na vida de cada uma delas, como ocupam seu tempo livre, pois a questão permitia marcar vários itens, daí os percentuais apresentados pontuarem mais de 100%, ou seja, cada uma indicou mais de uma opção e os percentuais mostram a quantidade de vezes que esta opção foi marcada indicando quantas das respondentes faz uso desta forma de lazer. Os dados nos permitem afirmar que 57,38% se ocupam com leitura, 49,18 % com ouvir música, 22,95 % veem TV e 31,15% navegam na internet, sendo estas as principais atividades consideradas de lazer. 13,11 % frequentam galerias e museus. Este que é um lazer tido como mais frequente entre as classes altas e médias não compõem o modo de vida predominante entre as mulheres da AMB.

As integrantes da AMB têm alto grau de escolaridade, o que, de certa forma, explica a dedicação à leitura no tempo livre que dispõem. 78,70 % tem curso superior, sendo que destas 33% o fizeram em instituições privadas e 67%% em universidades públicas. O número que possui apenas o ensino fundamental é irrisório, perfazendo um total de 1,6 % e com ensino médio são 16,40%.

Os dados sobre escolaridade e lazer colocam novos elementos nesta análise. Apesar das condições de vida não serem favoráveis à atuação política, em função do tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico, incluindo cuidados com familiares, estas mulheres participam de um movimento social feminista e compõem a sua direção nacional. O fato de terem acesso à formação escolar num nível mais elevado (graduação) e suas escolhas por lazer ter um alto percentual indicado de leitura, nos faz inferir que são mulheres que não aceitaram a situação de vida – mulheres, majoritariamente negras e pobres – como um destino inexorável. Elas constroem outras possibilidades para suas vidas. A escolha política pelo feminismo é parte deste processo de construção de si.

A partir destes dados apresentados fica evidente que a composição de classe presente na AMB é nitidamente classe trabalhadora, porém majoritariamente com mulheres de classes populares que, além de viver da venda da sua força de trabalho, tem moradias e modos de vida que demarcam este pertencimento de classe que aqui chamo de “classes populares”. Um

elemento interessante neste perfil diz respeito às formas de lazer e a formação universitária, que pede uma reflexão sobre o *habitus* de classe das militantes da AMB, no sentido de Bourdieu, que não pode ser feito aqui. Entendo que os processos de socialização feminista nesta articulação, seja a partir dos espaços deliberativos de estratégias políticas seja a partir dos espaços educativos, tem peso substantivo para a identificação das mulheres das classes populares com o feminismo.

Outra questão que destaco diz respeito à participação em partidos políticos e a identificação com o campo democrático e popular, como caminho para discutir seu vínculo com o projeto político antissistêmico da AMB. Entre as integrantes do comitê político nacional, 70,50% declaram não ter militância em partidos políticos atualmente, o que não significa que não tenham tido em algum outro momento da vida. Já 26,20% afirmam ter dupla militância, na AMB e em algum partido político (3,30% não responderam). A não participação em partido político, atualmente, pode ser interpretada por dois vieses, um primeiro e menos provável, é o de não conferir relevância a esta forma de atuação. O segundo, e mais perceptível, à luz da observação, é o de que há, entre as militantes da AMB, atualmente, uma certa decepção e desesperança com o projeto político majoritário no campo democrático popular, o que é comum entre muitos movimentos sociais de perspectiva mais autonomista.

Inqueridas sobre a sua identidade política a maioria afirmou ser o feminismo a sua referência, à exceção de seis respondentes que não o fazendo, utilizaram o termo ‘mulheres’ como parte de sua elaboração. Aparentemente é uma resposta óbvia já que este movimento constrói sua identidade coletiva em termos feministas, porém não pode ser visto como óbvio uma vez que muitos setores acadêmicos, governamentais e partidários não associam, de forma tão nítida, o feminismo e a política, e tampouco o feminismo e mulheres populares. Quero dizer com isso que para estas mulheres, majoritariamente negras e populares, está dado que o movimento feminista é uma forma de fazer política, o que faz com que demarquem claramente suas identidades políticas individuais a partir deste pressuposto.

Entre as respondentes, 40 mulheres (65,57%) se identificaram com o que pode ser chamado campo político dos movimentos sociais e/ou campo de esquerda. Majoritariamente elas se referem propriamente a ser de esquerda, a assumir a luta antissistêmica e/ou pela transformação social. Há inúmeras referências nas respostas abertas a antirracismo, anticapitalismo e antipatriarcado, que são marcos de referência usados na AMB, e também algumas alusões a anarquismo e socialismo. As 34,43% restantes não fazem referência explícita ao campo político e identificam-se como feministas autônomas, mas sem fazer um indicativo claro que haja um debate teórico e político sobre autonomismo nas fileiras deste movimento. Possivelmente isso significa apenas o fato de algumas mulheres participarem dos fóruns locais diretamente (autonomamente), sem terem um grupo local de atuação que as liga a este fórum da AMB.

Com a apresentação do perfil das militantes da AMB, presentes no seu comitê político nacional, foi possível confirmar a análise de que esta articulação movimentalista é majoritariamente composta de mulheres negras e de classes populares, mas tendo também mulheres brancas e que foram consideradas de segmentos médios, ainda que no interior da

classe trabalhadora tendo em vista o assalariamento. É interessante, perceber, como, apesar destas condições de vida, os dados construídos sobre o grau de escolarização, a opção por leitura e o acesso à internet, podem demonstrar alguns elementos típicos de modos de vida de segmentos médios que tem chegado mais recentemente às periferias urbanas.

O tempo de produção deste artigo é também o período no qual cresceu o contraponto conservador na sociedade brasileira. Religiões de caráter fundamentalista, propostas no Congresso Nacional de retirada de direitos conquistados, a mídia insuflando atitudes misóginas, são situações que minam as forças acumuladas pela resistência dos movimentos de mulheres. Os avanços sociais do período do governo oriundo do campo democrático e popular estão em risco de serem esquecidos em um canto da história, em função da crise política institucional instaurada. Entretanto, este é também um tempo de insurgência de uma onda crescente de movimentação feminista nas ruas do país, na rede de computadores e nos movimentos sociais. Neste contexto, a participação das mulheres de classes populares na AMB a interpela no sentido de gerar condições favoráveis a uma sociabilidade feminista própria e igualitária. Não se trata de popularizar o feminismo, no sentido de ampliar a sua divulgação, mas de construir um modo de pensar e de agir feminista a partir de mulheres de classes populares.

O repertório organizacional e as referências antissistêmicas da AMB, na minha compreensão, foram a chave que gerou a possibilidade de participação e pertencimento de mulheres de classes populares nesta articulação. Percebo que a presença ampla de mulheres populares na AMB demonstra um processo de impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. A própria identidade política de mulheres feministas das classes populares, que emergiu nesta pesquisa, exige novas reflexões. Considero que, a partir destes dados analisados aqui, posso sugerir que está ocorrendo uma reconfiguração na composição de classe e raça do movimento feminista brasileiro e em seu projeto político, em uma direção contra hegemônica. Apesar de ter trabalhado com informações referentes apenas à AMB, intuo que elas são representativas de outras articulações movimentalistas que se afinam com o feminismo.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E.; FRIEDMAN, Elisabeth Jay; BECKMAN, Ericka; BLACWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma Stoltz; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa [e] TOBAR, Marcela Ríos (orgs.). “Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos”. *Estudos Feministas*, vol. 11, n. 2, 2003, pp. 541-575.
- ALONSO, Ângela. “As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate”. *Lua Nova*, n. 76, 2009, pp. 49-86.
- ÁVILA, Maria Betânia. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: Tensões entre dominação/exploração e resistência*. Coleção teses/dissertações 31. Recife, Editora UFPE, 2009.
- BARRIOS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados”. *Estudos Feministas*, ano 3, n. 2, 1995.
- CARNEIRO, SUELI. “Ennegrecer al feminismo: La situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género”. Em: *Nouvelles Questions Féministes. Feminismos dissidentes em América Latina y el Caribe*, vol. 24, n. 2, 2005, pp. 21-26.
- CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. “Feminismos poscoloniales: reflexiones desde El sur del Río Bravo”. Em: NAVAZ, Liliana Suarez [e] HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (eds.). *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid, Cátedra/Universitat de València/ Instituto de La Mujer, 2008, pp. 75-113.
- COSTA, Sergio. “(Re)encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento”. *Estudos de Sociologia, Revista do PPGS-UFPE*, vol. 16, n. 2, 2011, pp. 25-43.
- CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Estudos Feministas*, ano 10, sem. 1, 2002.
- CURIEL, Ochy. “Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y práctica feminista: Desuniversalizando el sujeto ‘Mujeres’”. Em: FEMENÍAS, María Luisa (org.). *Perfiles del feminismo latinoamericano*, Vol. III. Buenos Aires, Catálogos, 2007.
- DELLA PORTA, Donatella [e] DIANI, Mario. *Los Movimientos Sociales*. Madrid, Complutense/CIS, 2011.
- DIANI, Mario. “The Concept of Social Movement”. *Sociological Review*, vol. 40, n. 1, 1992, pp. 1-25.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Anpocs e Relume Dumará, 1995.
- FERREIRA, Verônica. *Da mulher como objeto às mulheres como sujeito: Uma análise da trajetória do movimento feminista nas lutas por saúde da mulher no Brasil*. Dissertação (mestrado). MAPP, UFC, 2006.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. “Movimentos feministas”. Em: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène [e] SENOTIER, Danièle (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, Edunesp, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. *Mulheres em movimento, movimento de mulheres*. Em: *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2008.
- GONÇALVES, Eliane [e] PINTO, Joana Plaza. “Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro”. *Cadernos Pagu*, n. 36, 2011, pp. 25-46.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. “Classes Sociais”. Em: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sociologia 2. Brasília, ANPCS, Capes, Sumaré, 1999, pp. 13-56.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- HOOKS, Bell. “Intelectuais Negras”. *Estudos Feministas*, ano 3, sem. 2, 1995.
- IBGE. *Censo de 2010*. Brasília, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
- KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. (Tradução de tradução de Antonia Malta Campos). *Novos Estudos Cebrap*, n. 86, 2010, pp. 93-103.

- LANDER, Edgar (org). A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires, Clacso, 2005.
- LOBO, Elizabeth Souza. “O gênero da representação: Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)”. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), ano. 6, n. 17, 1991.
- LUGONES, Maria. “Colonialidad y género”. Em: Tabula Rasa, n. 9, 2008, pp. 73-101.
- MINOSO, Yuderlys Espinosa. “Etnocentrismo y colonialidad em los feminismos latinoamericanos: Complicidades y consolidación de las hegemonias feministas em el espacio transnacional”. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer, vol. 14, n. 33, 2009, pp. 37-54.
- MOHANTY, Chandra Talpade. “Bajo los ojos de occidente: Academia feminista y discurso colonial”. In.: NAVAZ, Liliana Suárez [e] HERNÁNDEZ, Aída (eds.). Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los márgenes, Madrid, Cátedra, 2008.
- PAREDES, Julieta [e] GUZMAN, Adriana. Que és el feminismo comunitário: Bases para la despatriarcalización. La paz, Mujeres Creando Comunnidade, 2014.
- PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: Poderes e conflitos (1970-1978)”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, pp. 249-272.
- ROWBOTHAM, Sheila. “O movimento de mulheres e a organização para o socialismo”. Em: Wairinght, Além dos fragmentos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas, lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SARTI, Cynthia Andersen. “Feminismo e contexto: Lições do caso brasileiro”. Cadernos Pagu, n. 16, 2004, pp. 31-48.
- SCHERER-WARREN, Ilse. “Redes de movimentos sociais na América latina: Caminhos para uma política emancipatória?” Cadernos CRH, vol. 21, n. 54, 2008, pp. 505-517,
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. O campo político dos movimentos sociais: As fronteiras entre movimento e organização no centro de cultura negra. Dissertação (mestrado). UFMA, 2001.
- _____. AMB um jeito de ser e fazer movimento feminista. Recife, SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.
- TARROW, Sidney. O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político. (Tradução de Ana Maria Sallum). Petrópolis, Vozes. 2009.
- TELES, Amelinha [e] LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à imprensa feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo, Intermeios, 2013.